

Medidas exigem extinção de ministérios

300

BRASÍLIA — O equilíbrio entre receitas e despesas da União, proposto através do Orçamento para 1994, passa necessariamente pela extinção e fusão de ministérios, que serão coordenadas por uma agência de descentralização, segundo anunciou ontem o ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann.

Ele disse que a reestruturação do Governo federal será negociada com os estados e municípios. O Governo não pretende realizar obras que, por sua característica, podem ser melhor executadas pelos estados e municípios, como é o caso de hospitais, escolas, pontes e estradas.

Serão cortados US\$ 8,383 bilhões no próximo ano, em relação à proposta original contida no orçamento enviado ao Congresso, de gastos com o custeio da máquina e investimentos do setor público. Destes, US\$ 3 bilhões referem-se às transferências voluntárias repassadas através dos Ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional, os principais alvos da reforma administrativa.

O pressuposto básico da reforma é de que a União não terá

mais recursos para participar de obras estaduais ou municipais. Inclusive a Lei de Diretrizes Orçamentárias que será enviada na próxima semana ao Congresso proibirá tal participação. Consequentemente, não é possível sustentar ministérios e órgãos públicos que só existem como meros repassadores de recursos, como é o caso do Bem-Estar Social e da Integração Regional.

— Os cortes necessários são impossíveis sem a reforma administrativa — disse Jungmann.

No âmbito federal, a proposta prevê a extinção dos Ministérios do Bem Estar Social e da Integração Regional; a absorção do Ministério da Cultura pelo Ministério da Educação; da Secretaria de Ciência e Tecnologia pelo Ministério da Indústria e do Comércio; e a transformação do Ministério da Amazônia em secretaria.

A emenda que o Governo deverá propor ao Congresso também definirá as atribuições da União, estados e municípios em áreas hoje nebulosas, como saúde, educação, assistência social e saneamento.